



GUAIÚBA-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA - CEARÁ

AGENTE COMUNITÁRIO
DE SAÚDE (ACS)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Atualidades e Convivência Societária
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 001/2026
DE 03 DE MARÇO 2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



GUAIÚBA - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÚBA - CEARÁ

Agente Comunitário de
Saúde (ACS)

EDITAL Nº 001/2026 DE 03 DE MARÇO 2026

CÓD: SL-093MR-26
7908433293415

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto	9
2. Tipos e gêneros textuais	12
3. Fonética: encontros consonantais e vocálicos, sílaba (divisão e classificação)	18
4. Acentuação gráfica	19
5. Ortografia	21
6. Pontuação	23
7. Morfologia: classes de palavras	25
8. Processo de formação das palavras	34
9. Análise sintática dos períodos simples e composto	35
10. Concordância nominal e verbal	40
11. Regência verbal e nominal	41
12. Semântica: sinonímia, antonímia e paronímia; linguagem e sentido; ambiguidade	44
13. Tipos de linguagem: verbal, não-verbal, denotativa, conotativa, coloquial, formal	48
14. Funções da linguagem	50
15. Colocação pronominal	51
16. Figuras de linguagem	52
17. Coesão; coerência	55
18. Referenciação	56

Matemática

1. Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). conjuntos numéricos: números naturais e inteiros. números racionais e irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal). números reais (relação de ordem e intervalos). operações. frações ordinárias e decimais. números decimais: propriedades e operações	63
2. Múltiplos e divisores. divisibilidade, números primos, fatoração	75
3. Máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum	78
4. Expressões numéricas	79
5. Equações do 1º e 2º grau. problemas	81
6. Sistemas de medida de tempo. sistema métrico decimal	84
7. Sistema monetário brasileiro	87
8. Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções. divisão em partes proporcionais	89
9. Regra de três simples e composta	94
10. Porcentagem	95
11. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes	97
12. Fundamentos da teoria dos conjuntos	97
13. Funções: estudo das relações, definição da função, funções definidas por fórmulas: domínio, imagem e contradomínio, gráficos, função injetora, sobrejetora e bijetora, funções par e ímpar, funções crescentes e decrescentes, função inversa, função composta, função polinomial do 1º grau, quadrática, modular, exponencial e logarítmica, resoluções de equações	100
14. Inequações e sistemas	119
15. Sequência	122

16. Geometria plana: ângulos: definição, classificação, unidades e operações, feixes de paralelas cortadas por transversais, teorema de Tales e aplicações. polígonos: elementos e classificação, diagonais, soma dos ângulos externos e internos, estudo dos quadriláteros e triângulos, congruências e semelhanças, relações métricas dos triângulos. área: polígonos e suas partes.....	125
17. Álgebra: análise combinatória	137
18. Geometria espacial: retas e planos no espaço (paralelismo e perpendicularismo), poliedros regulares, pirâmides, prismas, cilindro, cone e esfera (elementos e equações)	142

Atualidades e Convivência Societária

1. Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Guaiúba.....	161
2. Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Guaiúba ...	164
3. Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade.....	165
4. Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado	167
5. Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente.....	171
6. A relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo	173
7. Recursos minerais e energéticos: exploração e impactos; Recursos hídricos; Bacias hidrográficas e seus aproveitamentos.....	176
8. As questões ambientais contemporâneas: mudança climática, ilhas de calor, efeito estufa, chuva ácida.....	180
9. A destruição da camada de ozônio e impacto ambiental das atividades econômicas no Brasil.....	184
10. Origem e evolução do conceito de sustentabilidade	187
11. Ética profissional e social	190
12. Ética, moral e cidadania.....	191

Conhecimentos Específicos Agente Comunitário de Saúde (ACS)

1. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990); Sistema Único de Saúde: objetivos; atribuições, doutrinas e competências; princípios que regem sua organização; Controle social e gestão participativa: conselhos e conferências municipais de saúde.....	199
2. Políticas e sistemas de saúde no Brasil: retrospectiva histórica; reforma sanitária	218
3. Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes	220
4. Visita domiciliar; Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos; Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população	222
5. Conhecimentos geográficos da região e do município de Guaiúba	228
6. Interpretação demográfica, conceito de territorialização, microárea e área de abrangência	230
7. Indicadores epidemiológicos	233
8. Critérios operacionais para definições de prioridades: indicadores socioeconômicos, culturais e epidemiológicos	242
9. Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva.....	242
10. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas.....	245
11. Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade	247
12. Ética e bioética em saúde: legislação nacional de ética em pesquisa com seres humanos (Resolução 196/96).....	248
13. Biossegurança	255

ÍNDICE

14. Cuidados com o meio ambiente e saneamento básico	256
15. Problemas clínicos prevalentes na atenção primária: noções de tuberculose, hanseníase, dengue, hipertensão e diabetes mellitus, diarreia e desidratação; Noções sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis e infecção pelo HIV	261
16. Vacinas	264
17. Aparelho reprodutor masculino e feminino	268
18. Gravidez e planejamento familiar	274
19. Sistema de informação em saúde: SIM, SINAN, SIAB, SINASC, SIA e SIH/SUS	277
20. Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processos migratórios, analfabetismo, ausência ou insuficiência de infraestrutura básica	280
21. Promoção da saúde, conceitos e estratégias	288
22. Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas	289
23. Intersetorialidade: conceito e dinâmica político-administrativa de Guaiúba	294
24. Informação, educação e comunicação: conceitos, diferenças e interdependências	296
25. Formas de aprender e ensinar em educação popular; Cultura popular e sua relação com os processos educativos; Participação e mobilização social: conceitos, fatores, facilitadores e/ou dificultadores da ação coletiva de base popular	297
26. Lideranças: conceitos, tipos e processos de constituição de líderes populares.....	299
27. Pessoas com deficiência: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais.....	300
28. Programas Nacionais de Saúde: Saúde Mental, Assistência Farmacêutica; Saúde da Criança, Saúde da Mulher; Saúde do idoso e da pessoa com deficiência, Saúde Ambiental, Saúde da população negra	302
29. Estatutos da Criança e do Adolescente e do Idoso	304
30. Noções de ética e cidadania	355
31. Política de Humanização do SUS.....	356
32. Modelos de atenção à saúde: Atenção primária de saúde/atenção básica à saúde: estratégia de saúde da família; NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família); Acolhimento e vínculo, trabalho em equipe	359
33. PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde)	364
34. SAD (Serviço de Atendimento Domiciliar)	369
35. Sistema municipal de saúde: estrutura, funcionamento e responsabilidades	371
36. Plano municipal de saúde 2018-2021	376

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► **Linguagem Mista (ou Híbrida)**

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► **Definição de Intertextualidade**

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► **Tipos de Intertextualidade**

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.
- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.
- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.
- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.
- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.
- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.
- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.
- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.
- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

MATEMÁTICA

NÚMEROS RELATIVOS INTEIROS E FRACIONÁRIOS: OPERAÇÕES E SUAS PROPRIEDADES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO E POTENCIAÇÃO). CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS NATURAIS E INTEIROS. NÚMEROS RACIONAIS E IRRACIONAIS (RETA NUMÉRICA, VALOR ABSOLUTO, REPRESENTAÇÃO DECIMAL). NÚMEROS REAIS (RELAÇÃO DE ORDEM E INTERVALOS). OPERAÇÕES. FRAÇÕES ORDINÁRIAS E DECIMAIS. NÚMEROS DECIMAIS: PROPRIEDADES E OPERAÇÕES

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

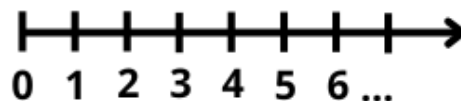
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra \mathbb{N} e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

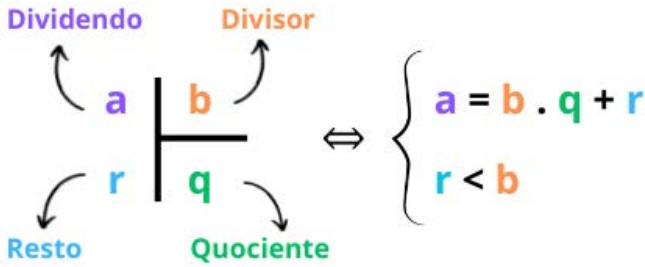
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto "." , para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo.

Exemplo: $45 : 9 = 5$

- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente.

Exemplo: $45 = 5 \times 9$

- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever $n \div 0 = q$ e isto significaria que $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA

EVOLUÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE GUAÍÚBA

FORMAÇÃO HISTÓRICA E POVOAMENTO NO SÉCULO XIX

A história do município de Guaiúba, situado na região serrana do Ceará, está profundamente ligada ao ciclo econômico do café no Brasil e aos movimentos internos de colonização e ocupação das terras férteis da Serra de Baturité e da Serra da Aratanha.

Ao longo do século XIX, este território, que até então permanecia com ocupação escassa ou inexistente, passou a se configurar como um espaço de efetiva presença humana, inicialmente voltada à produção agrícola e, com o tempo, à formação de uma estrutura social e urbana mais consolidada.

► As origens da ocupação: doação sem posse efetiva

Embora existam registros de doações de terras datadas de 1682, no período colonial, não houve a posse nem a ocupação imediata das glebas que futuramente dariam origem ao município de Guaiúba. Essa ausência de ocupação efetiva também se repetia em outras áreas do então território da Capitania do Ceará, o que se devia, em grande parte, à dificuldade de acesso, à falta de infraestrutura e à insegurança nas rotas interiores. A ocupação concreta da região só viria a acontecer, de fato, nos primeiros anos do século XIX.

► O ciclo do café e o início do povoamento

A introdução da cultura do café foi o principal fator que impulsionou o povoamento de Guaiúba. A região, por suas condições de relevo e clima, mostrou-se propícia ao cultivo do grão, especialmente nas áreas serranas de Baturité e Aratanha. O historiador Raimundo Girão destaca o papel do fazendeiro Domingos da Costa e Silva como o introdutor do café nessa localidade. O protagonismo da família Costa e Silva na região, além de promover o desenvolvimento agrícola, atraiu outros núcleos familiares e gerou as primeiras formações de povoamento.

Vale lembrar que a produção de café não ocorria isoladamente. Ao lado dela, o algodão também teve papel importante, sobretudo na conexão com o crescimento da cidade de Fortaleza, que se consolidava como centro exportador desses produtos. A atividade agrícola, portanto, foi a mola propulsora da fixação de populações e da formação das primeiras comunidades que dariam origem a Guaiúba.

► Famílias fundadoras e estrutura social inicial

O crescimento da atividade agrícola atraiu diversas famílias para a região, muitas das quais se estabeleceram de forma definitiva. Segundo o memorialista Sinval Leitão, entre os

primeiros sobrenomes presentes na localidade estavam: Araújo, Accioly, Teixeira-Lima, Tristão-Cavalcante, Benevides, Alves, Pereira, Pinheiro, Clemente, Cabral, Moreira, Valentim, Nocrato, Saturnino e Lima-Verde.

Essas famílias formaram o núcleo inicial da sociedade guaiubana, sendo muitas delas responsáveis pela construção das primeiras moradias, lavouras, comércios e pelas primeiras manifestações religiosas. O laço entre parentesco e poder econômico era evidente, com destaque para membros como a Baronesa de Aratanha, Liberalina Angélica da Silva, casada com o Barão de Aratanha, José Francisco da Silva Albano, um dos grandes proprietários de terras da região.

► A estrutura fundiária e o papel dos latifúndios

O modelo de ocupação das terras no século XIX seguia o padrão fundiário brasileiro da época: grandes propriedades rurais concentradas nas mãos de poucas famílias. Esse modelo garantiu a essas famílias o controle não apenas sobre a economia local, mas também sobre os rumos políticos e sociais da região. As fazendas, muitas vezes distantes umas das outras, formavam polos de influência que determinavam o ritmo da vida social e econômica de Guaiúba.

► As rotas comerciais e os primeiros vínculos com centros urbanos

Mesmo com características de isolamento, Guaiúba desenvolveu laços comerciais importantes com Fortaleza e outras cidades do entorno. A produção agrícola, principalmente o café e o algodão, precisava escoar para os centros de exportação, o que favoreceu o surgimento de rotas comerciais, inicialmente em lombo de animais e mais tarde integradas por meio da ferrovia. Esses vínculos com centros urbanos foram fundamentais para o aumento do fluxo de pessoas e bens e para a diversificação das atividades econômicas locais.

► Aspectos geográficos como fator de atração

A presença de recursos naturais, sobretudo a abundância de água, foi decisiva para a fixação das primeiras famílias. O nome "Guaiúba", que em uma tradução do tupi-guarani pode significar "por onde vêm as águas do vale" ou ainda "bebida da lagoa", evidencia a relação histórica do povo com as fontes hídricas locais. O rio Guaiúba e o riacho do Cachimbo, além de embelezar a paisagem, foram fundamentais para o abastecimento das comunidades e para o desenvolvimento da agricultura.

A IMPORTÂNCIA DA FERROVIA NO DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO

O desenvolvimento do município de Guaiúba está diretamente ligado à implantação da Estrada de Ferro de Baturité, um marco histórico e estruturante não apenas para a cidade, mas

para toda a região do Maciço de Baturité. Diferentemente de outros centros urbanos cearenses, onde o núcleo da cidade se organizava ao redor da igreja matriz, Guaiúba desenvolveu-se ao redor da estação ferroviária. Essa peculiaridade evidencia o papel central que a ferrovia desempenhou na configuração urbana, social e econômica do município.

► **A Estrada de Ferro de Baturité: contexto e implantação**

A Estrada de Ferro de Baturité foi inaugurada em 1872, como parte de um projeto do governo imperial voltado para a integração do interior cearense aos centros urbanos maiores, especialmente Fortaleza. O objetivo era facilitar o escoamento da produção agrícola – principalmente o café e o algodão – e estimular o transporte de passageiros entre as regiões serranas e a capital.

Guaiúba foi contemplada com uma estação ferroviária, que rapidamente se tornou o coração do núcleo urbano nascente. A linha férrea transformou a localidade em ponto de parada e escoamento de mercadorias, intensificando a circulação de pessoas, produtos e ideias, e marcando o início de um novo período de crescimento.

► **Transformações urbanas a partir da ferrovia**

Com a chegada da ferrovia, Guaiúba iniciou seu processo de urbanização em torno da estação de trem. As primeiras ruas do núcleo urbano nasceram a partir dela, destacando-se três vias principais:

- **Rua Coronel João Correia Mendes**, a principal via de acesso, que se localizava entre a linha férrea e a então estrada CE-060.
- **Rua Antônio Acioly**, onde foi construída a Capela do Santo Cruzeiro entre 1930 e 1931.
- **Rua Doutor Leiria de Andrade**, conhecida anteriormente como Rua Velha.

Essas ruas formavam um pequeno centro urbano linear, com atividades comerciais e serviços voltados ao atendimento dos passageiros e produtores que circulavam pela estação. Esse padrão de urbanização, centrado na ferrovia, contrastava com o modelo tradicional de cidade colonial, onde a igreja exercia papel central na organização espacial e simbólica do território.

► **Ferrovia como vetor econômico**

A presença da estação ferroviária permitiu que Guaiúba integrasse de maneira mais eficiente o sistema econômico regional. Antes da ferrovia, o escoamento da produção agrícola era lento, precário e dependente de animais de carga. Com a nova infraestrutura, os produtos cultivados na região – sobretudo o café e o algodão – puderam ser levados com mais agilidade a Fortaleza, de onde seguiam para o mercado externo.

Além disso, a ferrovia trouxe para Guaiúba uma nova dinâmica comercial. A estação passou a atrair comerciantes, prestadores de serviço e moradores interessados em aproveitar as novas oportunidades que surgiam com o aumento do fluxo de pessoas e mercadorias. Com o tempo, formou-se um centro comercial ativo no entorno da estação, consolidando Guaiúba como um polo de referência para as localidades vizinhas.

► **Mudança no padrão de ocupação do solo**

A implantação da ferrovia também contribuiu para uma ocupação mais densa e organizada do espaço urbano. Ao contrário das áreas mais afastadas, ocupadas por grandes propriedades rurais, o centro da cidade passou a receber construções residenciais e comerciais de pequeno e médio porte, com infraestrutura adaptada à nova realidade urbana.

Essa reorganização do espaço foi responsável por criar uma lógica de crescimento orientada pela infraestrutura ferroviária, fazendo com que bairros inteiros surgissem próximos às linhas férreas. Um exemplo disso é a região que se desenvolveu em torno da CE-060, paralela à linha do trem, consolidando um eixo urbano de grande importância para o município.

► **A paisagem urbana e os marcos da ferrovia**

A estação de trem de Guaiúba tornou-se um dos marcos arquitetônicos e históricos da cidade. Mais do que uma simples construção funcional, ela passou a representar a modernidade e o progresso para a população local. Em seu entorno, formaram-se praças, comércios, escolas e espaços públicos que definiram a paisagem urbana guaiubana por muitas décadas.

A convivência entre a ferrovia e os mananciais hídricos também marcou a configuração territorial do município. Próximo às principais ruas da cidade, corriam o rio Guaiúba, com nascente na Serra da Aratanha, e o riacho do Cachimbo, ambos responsáveis pelo abastecimento da população e pelo suporte às atividades agrícolas e domésticas.

Outros espaços urbanos de referência:

Com o tempo, outras ruas e áreas habitadas começaram a surgir, ampliando o espaço urbano de Guaiúba. Algumas dessas ruas ganharam nomes simbólicos ou apelidos populares, o que revela aspectos da cultura local e da memória coletiva da população. Exemplos disso são:

- **Rua Mariana Mendes**, conhecida como Rua da Palha, devido ao uso de palha de carnaúba nos telhados das casas.
- **Rua 1º de Maio**, chamada de “Buraco da Jia”, por ser uma área de alagamento em épocas de cheia.
- **Rua dos Crentes**, espaço ocupado por evangélicos que buscavam convívio pacífico diante de tensões com a comunidade católica.

Essas denominações reforçam a relação íntima entre o povo e o território, além de demonstrar como o crescimento urbano acompanhou mudanças culturais e sociais significativas.

A EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE GUAÍÚBA

A trajetória político-administrativa de Guaiúba, município localizado no estado do Ceará, é marcada por um longo processo de transição de um núcleo agrícola vinculado a outros municípios vizinhos, especialmente Pacatuba, até sua consolidação como município autônomo.

Essa evolução revela não apenas as mudanças legais e institucionais pelas quais passou a localidade, mas também as transformações sociais, econômicas e culturais que possibilitaram sua emancipação política.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E A LEI ORGÂNICA DA SAÚDE (LEI Nº 8.080/1990); SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: OBJETIVOS; ATRIBUIÇÕES, DOCTRINAS E COMPETÊNCIAS; PRINCÍPIOS QUE REGEM SUA ORGANIZAÇÃO; CONTROLE SOCIAL E GESTÃO PARTICIPATIVA: CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

O Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecido como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem como base o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Esse marco legal estabeleceu um modelo que visa garantir o acesso universal e gratuito a serviços de saúde, abrangendo desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade.

No entanto, garantir que um sistema dessa magnitude funcione de maneira eficiente não é uma tarefa simples. A gestão do SUS envolve a coordenação de milhares de unidades de saúde, a administração de grandes volumes de recursos financeiros e humanos, além de lidar com as demandas e necessidades de uma população diversa e extensa como a brasileira. Para isso, é essencial que os princípios e diretrizes do sistema sejam observados com rigor, permitindo que a saúde pública atenda suas finalidades com qualidade e equidade.

A gestão do SUS é um tema central para aqueles que buscam compreender como se dá o funcionamento dos serviços de saúde no Brasil, especialmente no contexto de concursos públicos. Conhecer sua estrutura organizacional, as formas de financiamento, os mecanismos de controle e avaliação, bem como os desafios enfrentados pelo sistema, é fundamental para entender como ele opera e como pode ser melhorado.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é regido por uma série de princípios e diretrizes que orientam sua organização e funcionamento. Esses elementos fundamentais foram estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), com o intuito de garantir que o sistema seja capaz de atender às necessidades de saúde da população de maneira justa e eficaz. A compreensão desses princípios é essencial para entender como o SUS é gerido e como ele busca assegurar o direito à saúde.

► Princípios Doutrinários

Os princípios doutrinários são aqueles que orientam o conceito e os objetivos fundamentais do SUS. Eles estabelecem as bases éticas e filosóficas que guiam a prestação de serviços de saúde no Brasil. Os três principais princípios doutrinários do SUS são:

Universalidade:

Esse princípio determina que todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica, idade ou localização geográfica. A universalidade implica que o SUS deve estar disponível para todos, sem discriminação, garantindo a saúde como um direito humano básico.

Integralidade:

A integralidade refere-se à oferta de cuidados de saúde de forma completa, ou seja, levando em conta todos os aspectos das necessidades de saúde dos indivíduos. Esse princípio visa garantir que os serviços prestados não sejam fragmentados, mas abordem as diversas dimensões da saúde, desde a prevenção até a reabilitação, considerando o indivíduo como um todo.

Equidade:

Diferente de igualdade, a equidade implica que os recursos e serviços de saúde devem ser distribuídos de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo. A ideia é que aqueles que mais necessitam de cuidados, como populações vulneráveis, tenham prioridade no acesso aos serviços. Isso busca corrigir as desigualdades sociais e regionais no acesso à saúde.

► Diretrizes Organizativas

Além dos princípios doutrinários, o SUS é organizado de acordo com diretrizes que orientam como o sistema deve ser estruturado e gerido em todo o território nacional. Essas diretrizes garantem que o SUS funcione de forma eficiente, descentralizada e participativa. As principais diretrizes organizativas são:

Descentralização:

A descentralização tem como objetivo distribuir as responsabilidades pela gestão do SUS entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Isso permite que as decisões sejam tomadas mais próximas da população, levando em conta as necessidades locais. A descentralização fortalece a autonomia dos estados e municípios na organização dos serviços de saúde.

Regionalização:

O princípio da regionalização implica que os serviços de saúde devem ser organizados de maneira a garantir a articulação entre os diferentes níveis de complexidade, desde a atenção básica até os serviços de alta complexidade. A regionalização permite que as redes de atenção à saúde sejam organizadas por regiões, de forma a otimizar os recursos e evitar a duplicação de serviços, garantindo acesso eficiente e contínuo.

Hierarquização:

A hierarquização complementa a regionalização, definindo que os serviços de saúde devem estar organizados em níveis de complexidade, desde a atenção primária até os cuidados especializados. A ideia é que o paciente seja inicialmente atendido na atenção básica, que funciona como porta de entrada, e seja encaminhado, conforme a necessidade, para outros níveis de atendimento.

Participação Social:

A participação da população na formulação e controle das políticas públicas de saúde é um dos pilares do SUS. Por meio dos conselhos e conferências de saúde, a sociedade tem o direito de influenciar e fiscalizar a gestão do sistema. Isso garante maior transparência e adequação das políticas de saúde às reais necessidades da população.

► A Importância dos Princípios e Diretrizes para a Gestão do SUS

Os princípios e diretrizes do SUS não são apenas orientações abstratas, mas sim elementos que influenciam diretamente a gestão do sistema. A universalidade, por exemplo, impõe desafios para garantir que o sistema cubra toda a população de forma eficaz, enquanto a integralidade exige que os gestores pensem no atendimento de saúde de forma ampla, englobando todos os aspectos do bem-estar físico e mental.

A descentralização, regionalização e hierarquização, por sua vez, são diretrizes que impactam diretamente a organização dos serviços de saúde, tornando a gestão um processo complexo e dinâmico. A descentralização, por exemplo, exige uma coordenação eficaz entre as três esferas de governo, enquanto a regionalização e a hierarquização demandam um planejamento cuidadoso para garantir que os recursos e serviços sejam distribuídos de maneira equilibrada e eficiente entre as diferentes regiões e níveis de atendimento.

Por fim, a participação social é uma ferramenta poderosa de controle e aprimoramento da gestão, permitindo que a população atue diretamente na formulação e na fiscalização das políticas de saúde. A presença dos conselhos de saúde em todos os níveis de governo é um exemplo concreto de como a gestão do SUS pode ser mais transparente e democrática.

Com base nesses princípios e diretrizes, a gestão do SUS busca alcançar o equilíbrio entre a oferta de serviços de saúde, a eficiência na alocação de recursos e a garantia dos direitos dos cidadãos, sempre respeitando as características e necessidades específicas da população brasileira.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SUS

A estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS) foi concebida para garantir que os serviços de saúde cheguem de maneira eficiente e organizada a todos os brasileiros, respeitando a grande diversidade regional e as particularidades das necessidades de saúde da população.

Para isso, o SUS adota uma estrutura descentralizada e integrada, com responsabilidades compartilhadas entre os governos federal, estadual e municipal. Esse modelo busca equilibrar a coordenação central com a autonomia local, promovendo uma gestão mais próxima das realidades regionais.

► Níveis de Gestão: Federal, Estadual e Municipal

A organização do SUS está baseada em três níveis de gestão: federal, estadual e municipal. Cada um desses níveis tem responsabilidades específicas, porém interdependentes, para garantir o funcionamento do sistema de forma articulada.

Nível Federal:

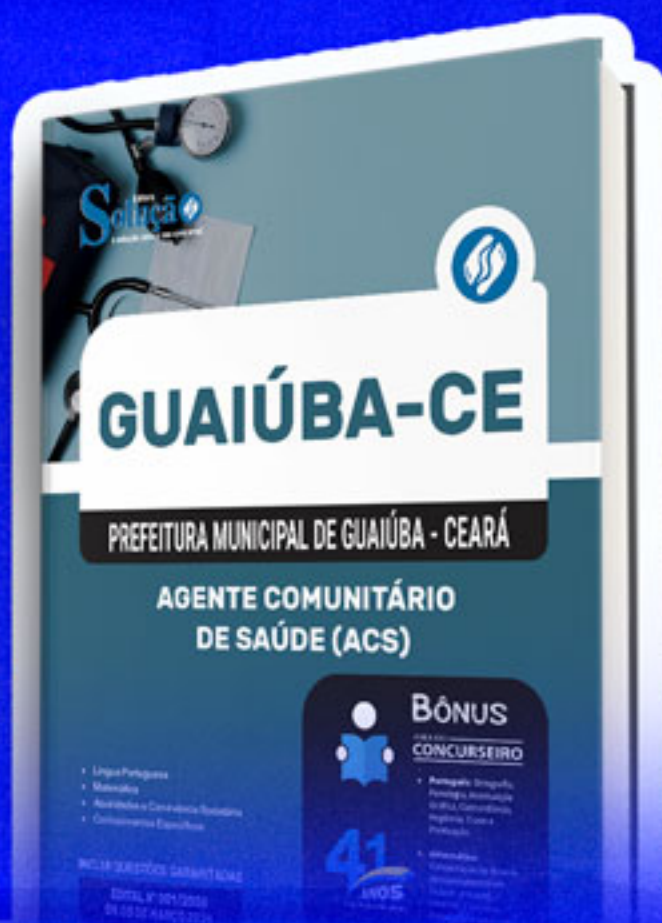
O Ministério da Saúde é a instância central da gestão do SUS em nível federal. Ele é responsável por formular políticas públicas de saúde, definir diretrizes nacionais, financiar boa parte das atividades e serviços do SUS e coordenar ações de saúde pública em âmbito nacional. Além disso, o Ministério da Saúde supervisiona a execução dos programas de saúde e é responsável pela distribuição de recursos financeiros aos estados e municípios. Também coordena campanhas nacionais de saúde, como vacinação, e regulamenta a atuação das agências reguladoras, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Nível Estadual:

As Secretarias Estaduais de Saúde atuam como intermediárias entre o Ministério da Saúde e os municípios. Elas têm a responsabilidade de organizar a rede estadual de saúde, coordenando os serviços de média e alta complexidade, como hospitais regionais e unidades especializadas. Além disso, as secretarias estaduais colaboram com a gestão dos recursos destinados às regiões e supervisionam a aplicação das políticas de saúde nos municípios. Os estados também desempenham um papel crucial na regionalização dos serviços de saúde, organizando redes de atenção que integram municípios dentro de regiões específicas.

Nível Municipal:

No nível municipal, as Secretarias Municipais de Saúde têm a responsabilidade pela gestão direta dos serviços de saúde na atenção básica, como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e programas de saúde da família. Os municípios são os responsáveis mais próximos da população, coordenando ações de promoção, prevenção e assistência à saúde. A descentralização permite que as secretarias municipais adaptem as políticas de saúde às realidades locais, o que pode garantir uma maior eficiência e eficácia no atendimento às necessidades específicas da população.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui! a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!